

ATA DA 012ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 06 DE MARÇO DE 2012
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO RENO CARAMORI (pela ordem) - Manifesta satisfação em receber seu irmão, prefeito de Chapecó.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Denuncia licitação que deveria ter ocorrido na secretaria estadual da Educação.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Aborda a questão dos bombeiros voluntários.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Posiciona-se com relação à questão dos bombeiros voluntários.

DEPUTADO RENO CARAMORI (aparte) - Esclarece pontos da fala do deputado Kennedy Nunes.

Partidos Políticos

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Presta homenagem às mulheres.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Manifesta-se a respeito da prerrogativa aos bombeiros da vistoria e da concessão de licença para construção.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Esclarece sua posição relativa à prerrogativa dos bombeiros da vistoria e da concessão de licença para construção.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Registra a presença do prefeito João Romão, de Garuva.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Reporta-se ao Dia Internacional da Mulher; refere-se ao discurso dos deputados Sargento Amauri Soares e Reno Caramori sobre a PEC relativa aos bombeiros voluntários.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (aparte) - Defende às corporações de bombeiros.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Aborda a questão dos bombeiros voluntários.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Faz um balanço da recente edição do Arrancadão no sul catarinense; reporta-se à sua condição de líder de bancada.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (aparte) - Cumprimenta o deputado Manoel Mota.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (aparte) - Cumprimenta o deputado Manoel Mota.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Cumprimenta o deputado Manoel Mota.

DEPUTADO JAILSON LIMA (aparte) - Cumprimenta o deputado Manoel Mota.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (aparte) - Cumprimenta o deputado Manoel Mota.

DEPUTADO DADO CHEREM (aparte) - Cumprimenta o deputado Manoel Mota.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Relata suas ações na secretaria da Assistência Social.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Cumprimenta a direção da Eletrosul; comunica que a Unale definiu como prioridade a questão das energias.

Explicação Pessoal

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Reporta-se ao Corpo de Bombeiros Militar e aos Bombeiros Voluntários.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Reforça o pronunciamento do deputado Sargento Amauri Soares; tece comentários sobre a reunião da comissão de Transportes.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Reporta-se ao Corpo de Bombeiros Militar e aos Bombeiros Voluntários.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Esta Presidência registra a presença em nosso plenário do prefeito de Chapecó, José Cláudio Caramori, que mais parece um reflexo do deputado Reno Caramori. Daqui de cima, tirando o cabelo branco e as olheiras, que estão fundas, é muito parecido com o prefeito que está à nossa frente.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, é muita honra receber o meu irmão mais novo, aliás, ele tem me tratado como avô, mas, acima de tudo, considero-o um grande administrador da nossa querida Chapecó.

Seja bem-vindo prefeito!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Cumprimento os srs. deputados desta Casa e o prefeito de Chapecó.

Na semana passada, aqui me manifestei sobre a caixa-preta do Ministério Público do Tribunal de Contas do Estado, e esse capítulo voltará à tona, mas hoje vou falar especificamente de uma licitação que deveria ter ocorrido e não aconteceu na secretaria estadual de Educação.

A empresa WWK Sistemas Inteligentes é de Alfredo Wagner, da nossa Santa Catarina, e desenvolveu um *software* para planejamento das aulas em colégios. O nome é WWK, deputada Ana Paula Lima, porque o primeiro W se refere ao nome do pai do dono da empresa, que é agricultor, deputado Kennedy Nunes. O outro W é do nome dele, e o K é do cunhado que também é agricultor. Os dois o ajudaram a se formar na Universidade Federal de Santa Catarina. E antes de sair, o sr. Marco Tebaldi e a turma lá da secretaria da Educação contrataram sem licitação uma empresa de São Paulo, a Zathura.

Essa empresa de Santa Catarina, a WWK, já estava trabalhando em nosso estado, prestando serviço para a secretaria Regional de Taió, de Ituporanga, num custo muito menor do que era apresentado pela empresa de São Paulo.

O mais importante a registrar é que a empresinha que saiu dos recônditos de Santa Catarina foi a São Paulo, deputado Sargento Amauri Soares, e ganhou uma licitação na atual administração do prefeito Gilberto Kassab, que presta serviços para a empresa que veio para Santa Catarina sem licitação. A empresinha saiu de Alfredo Wagner, foi para São Paulo e ganhou a

licitação. Essa empresa que foi contratada aqui, com caráter notório, entrou com uma ação dizendo que a empresa que ganhou em São Paulo não poderia fazer, porque ela está lá há quatro anos.

Essa mesma empresa WWK, de Alfredo Wagner, presta serviços para a prefeitura de Campinas, uma grande prefeitura, deputada Luciane Carminatti. E o mais importante são as diferenças de preços praticados. Quando este governo disse que temos que valorizar as empresas catarinenses, que temos que valorizar o talento, quando diz que as secretarias de Desenvolvimento Regional devem executar para diminuir custos, o que nós vimos? A empresa que já atuava na região ser impedida de participar do processo licitatório. E aqui há *e-mails* e documentos que mostram que um proprietário, um garoto simples de Alfredo Wagner, esteve na secretaria da Educação falando sobre seu sistema de atendimento, sobre o seu *software* na área da Educação.

O mais importante também, deputado Kennedy Nunes, é a diferença de contrato entre o que era praticado em Ituporanga, na SDR, R\$ 275,00 por ano por escola, e o que foi contratado pelo estado, R\$ 850,00 escola/ano, o que dá uma diferença de R\$ 745.000,00 por ano na área da educação em um único contrato, de forma inescrupulosa, vamos assim dizer.

Essa mesma empresa de São Paulo está atendendo às escolas estaduais do Rio de Janeiro a R\$ 500,00. Quer dizer, são R\$ 350,00 a menos por escola.

O mais escabroso disso é que no dia 14 de fevereiro foi feito o empenho, no dia 15 ou 16 foi apresentada a nota fiscal pela empresa e no dia 17 foi feito o pagamento à vista de todo o trabalho do ano. Eu nunca vi o estado pagar tão rápido! Que eficiência: pagar R\$ 745 mil sem ter sido executada a licitação para o atendimento.

Eu digo isso porque há empresas de Santa Catarina que poderiam estar fazendo isso, mas impede-se de sequer participar de um processo licitatório, apesar de apresentar um preço menor. Mas provavelmente é o rapaz que vai ter que

explicar. Achou que por ser de Alfredo Wagner não deveria ter sido validado, mesmo apresentando todos os documentos.

Quero fazer um registro sobre as empresas de Alfredo Wagner. É importante dizer que elas desenvolveram um *software* na área de tecelagem, que foi patenteado e está em diversas empresas no norte e nordeste catarinense. Esse *software* é para produzir fio de algodão, e não existe mundialmente. Esta empresa produz 30 mil toneladas por ano de fio de algodão. E a empresa GEHA Comércio de Sistemas de Informática, que veio para Santa Catarina, recebeu o presente. Eu não diria que recebeu tanto de presente, porque pela velocidade que foi feito isso e pelo preço, eles também deram presente para alguém no retorno. Isso não ficou de graça. Não foi um mero contrato, porque os preços que estavam sendo praticados já eram muito claros.

Já tinham conhecimento da capacidade técnica da empresa na secretaria de Educação; eles também já tinham conhecimento, porque sabiam que estavam em Campinas, em São Paulo e em tantos outros lugares. Portanto, a partir de amanhã, os advogados estarão entrando com uma ação, pedindo o cancelamento do contrato, responsabilizando juridicamente as figuras que encaminharam essa contratação sem licitação, impedindo que uma empresa catarinense pudesse participar desse evento.

Então, foi um verdadeiro descalabro, na medida em que existe não sei quantas secretarias regionais no estado, pois até perdi as contas. E também não faço muita questão de gravar porque não funcionam.

Colombo já disse no passado que é um cabide de empregos, e continua sendo. E agora vieram dizer que não serve para nada mesmo, na medida em que a secretaria da Educação, a Regional de Taió e a de Ituporanga haviam contratado essa empresa já há dois anos, num custo de R\$ 270,00 por escola e resolveram centralizar no estado dizendo que não funciona.

Já mantive contato com o atual secretário da Educação, o Deschamps, na sua posse, no centro administrativo, e disse que o visitaria, porque esse tipo de conduta irresponsável com o dinheiro público não pode mais acontecer.

O mínimo que precisamos garantir é que as empresas catarinenses possam participar de todos os processos licitatórios deste estado e que se tire esse crivo de empresa notória para desviar dinheiro, que nós sabemos.

Por que R\$ 745 mil, quando se diz que não tem o salário para os professores, quando se diz que não há recursos? Se analisarmos que na última semana o ex-secretário da Educação empenhou e pagou R\$ 28 milhões, deputada Luciane Carminatti, tem que se avaliar cada contrato desse pago. Porque se foi nessa relação que passou agora, com certeza vai passar dos R\$ 10 milhões de desvio de recursos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Jailson Lima.

O próximo orador inscrito é o deputado Reno Caramori, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, cumprimentando as colaboradoras, as taquígrafas desta Casa, quero cumprimentar os abnegados bombeiros voluntários que nos visitam nesta tarde: Fabiano Dias, Carlos Alberto da Silva Vicente, de Jaguaruna; Pedro Waruava, de Concórdia; Anderson Caetano de Souza e Rafael Carneiro Scopel, de Caçador, e Alfieri Freiburger.

Sintam-se à vontade. Nós conhecemos o trabalho que vocês oferecem às suas comunidades, cada um na sua corporação.

Mas quero tentar - e talvez assome à tribuna até uma dezena de vezes para isso - esclarecer essa questão à sociedade catarinense, desde o menor município até o maior município de Santa Catarina, Joinville, que mantém uma corporação de bombeiros voluntários há 120 anos.

É meritório que façamos esses pronunciamentos para mostrar a Santa Catarina o quanto é importante a prestação de serviços das corporações de bombeiros na sociedade, quer dos bombeiros voluntários, quer dos bombeiros comunitários, abnegados que se doam de corpo e alma à sociedade civil.

Por isso, num comum acordo, inclusive com o governador, foi formatada uma PEC, através da Procuradoria-Geral do Estado de Santa Catarina, do secretário da Fazenda, com a colaboração do desembargador João Henrique Blasi, ex-deputado nesta Casa, que também tratou desse assunto no exercício do mandato, e o técnico formado, renomado e capacitado, dr. Pamplona, desta Casa.

A emenda é muito clara e simplesmente dá condições legais de funcionamento às sociedades civis de Corpo de Bombeiros Voluntários de Santa Catarina, para que possam atender as suas comunidades dentro dos princípios legais.

Essa proposta de emenda constitucional assinada por toda a Mesa Diretora da Casa, complementada por quase 20 deputados, diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"O art. 12 da Constituição do Estado de Santa Catarina passará a vigorar acrescido do parágrafo único com a seguinte redação:

Parágrafo único - No exercício da competência de fiscalização de projetos, edificações e obras nos respectivos territórios, os municípios poderão, nos termos da lei local, celebrar convênios com os Corpos de Bombeiros Voluntários, para fins de verificação e certificação do atendimento às normas de segurança contra incêndio." [sic]

Nós precisamos mostrar a Santa Catarina, srs. deputados e sras. deputadas, como é importante manter essas corporações. Em momento algum, catarinense, pensa-se em privatizar esse tipo de trabalho realizado por pessoas de boa vontade, abnegadas, tanto nos pequenos municípios, quanto nos grandes, como Joinville. De dez anos para cá houve certa reação para que os bombeiros

voluntários cessassem o seu trabalho de 120 anos em Joinville, de 40 anos em Caçador, de quase 40 anos em Jaraguá do Sul, de quase 40 anos em Concórdia e assim por diante.

E vou ler, rapidamente, os municípios que são atendidos pelas corporações de bombeiros voluntários no estado de Santa Catarina, que mantêm o seu quadro de colaboradores. E aqui está a grande prova de que não é uma corporação privada, srs. deputados, em absoluto.

(Passa a ler.)

"Arabutã, Araquari, Ascurra, Apiuna, Rodeio, Barra do Sul, Barra Velha, Campo Belo do Sul, Caçador, Concórdia, Corupá, Guaramirim, Ibirama, Ilhota, Indaial, Ipumirim, Irani, Itaiópolis, Jaguaruna, Jaraguá do Sul, Joinville, Lebon Régis, Lindóia do Sul, Massaranduba, Passo de Torres, Pomerode, Presidente Getúlio, Rio das Antas, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, Schroeder, Seara, Itá e Treze Tílias."

Em São Bento do Sul é um pouco atípica a situação, porque lá existe uma corporação militar e mantém-se a corporação voluntária com 240 membros.

(Continua lendo.)

Somente para mostrar que não se trata de privatização, vou dar aqui alguns dados. Caçador, por exemplo, mantém hoje 138 bombeiros voluntários, deputado Sargento Amauri Soares, mas somente 24 recebem remuneração. São os que fazem plantões, que estão diuturnamente na corporação, porque o bombeiro voluntário atende 24 horas por dia, as corporações funcionam 24 horas por dia, atendendo chamados de toda natureza.

Em Concórdia temos 148 voluntários, mas somente 27 são remunerados. Ibirama, um município pequeno, mantém 73 voluntários, sendo seis plantonistas e seis efetivos; Joinville, a maior cidade catarinense, tem a maior corporação, com 120 anos, e mantém 1.720, contudo apenas 163 são remunerados; Jaguaruna mantém 67 voluntários e tem somente cinco voluntários; Massaranduba, com 77 voluntários, tem sete remunerados; Presidente Getúlio, com 32 voluntários, tem quatro

remunerados que mantêm o plantão; São Francisco do Sul, com 195 bombeiros voluntários, mantêm 20 remunerados; e Treze Tílias, com 26 voluntários não tem nenhum remunerado.

Eu faço essa observação para esclarecer à sociedade catarinense que não há intenção de privatização dessas ONGs, dessas sociedades civis de bombeiros voluntários. Em momento algum falou-se em privatizar, em absoluto! É a sociedade que as mantém, deputado Moacir Sopelsa, sr. presidente, com doações de empresas, com subvenção do estado, e custa tão pouco!

Somente para se ter uma ideia do quanto o estado investe nas corporações, informo que ele gasta hoje R\$ 33,53 de recursos próprios para manter as corporações militares, com muita honra. O custo total dos bombeiros militares é de R\$ 2,79 *per capita* e dos bombeiros voluntários é de R\$ 0,13 *per capita*.

Então, não existe vontade nenhuma de privatização, bem pelo contrário...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Reno Caramori.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Muito obrigado, sr. presidente, srs. deputados e deputadas, público que nos acompanha pela TVAL, pela Rádio AleSC Digital, catarinenses que estão aqui nos acompanhando.

Eu estava ouvindo a sua fala, deputado Reno Caramori, e gostaria de dizer que Joinville, deputado Sargento Amauri Soares, é a capital catarinense do bombeiro voluntário.

Entrei nesta Casa em 2007 e desde então estou tentando legalizar algumas questões, porque entendo que o serviço do bombeiro não é somente a prevenção, a fiscalização, mas é principalmente ser voluntário, comunitário ou militar, quando no momento da tragédia é chamado para salvar a vida das pessoas.

Eu sempre tive uma preocupação, e o deputado Reno Caramori fala agora com relação ao custo, dizendo que o bombeiro militar é mais caro que o voluntário. É óbvio que sabemos disso, até por conta do valor que o governo do estado e todos os governos investem nessa questão. A minha preocupação, deputado Moacir Sopelsa, é que o governo tem uma forma de passar esse recurso como uma subvenção social, e, na minha concepção, deputada Angela Albino, isso não é subvenção social. Repassar recurso para uma entidade que trabalha no combate ao incêndio, não é subvenção social!

Dei entrada nesta Casa, por conta disso, a um projeto de lei, que ainda deve estar em alguma gaveta, na tentativa de criar um fundo específico com um percentual do Orçamento do estado para repasse *per capita* para os bombeiros voluntários e comunitários. Por quê? Porque não pode ser dessa forma, ou seja, através de subvenção social.

Num ano como este, deputada Luciane Carminatti, um ano eleitoral, em que é complicado fazer repasses, as corporações ficam apavoradas! E não podemos deixar as corporações, que têm a missão de salvar as pessoas, darem um passo meio perigoso. E quando vêm, o que é que acontece? O governador vai para Joinville, como todos os governadores, e não falo somente agora ou nos anos anteriores, levar os recursos recorrentes da subvenção social, fazendo uma festa danada, como se fosse para lá para dar uma ajuda. Mas essa é uma responsabilidade do estado! O combate ao incêndio, a proteção ao cidadão é responsabilidade do estado, não é subvenção social! Não é um favor o que o governo está fazendo!

Por isso entendo, deputado Reno Caramori, que para não termos essa insegurança jurídica com relação à questão do repasse do dinheiro do estado para as corporações voluntárias deveríamos criar um fundo, a fim de que fosse repassado às entidades.

Em relação à PEC que está aqui - eu conversei com os bombeiros militares, que já me procuraram, como também com os bombeiros voluntários, em

Joinville, e entendo, deputado Reno Caramori, v.exa. que já foi, com muito orgulho, prefeito da cidade de Caçador, que a responsabilidade e a definição para ver quem faz a vistoria, no frigir dos ovos, é do prefeito. Quem emite o habite-se é a prefeitura. Aí me disseram: mas o bombeiro vai lá para ver se o extintor está na medida certa, na altura certa. Tudo isso está no projeto que foi aprovado pela prefeitura.

Para se construir alguma coisa, é necessário o projeto hidráulico, o projeto arquitetônico e o projeto de segurança. Está tudo lá. Mas o que está na PEC? A PEC dá a possibilidade de o prefeito também fazer, se quiser, o convênio com o bombeiro voluntário.

O Sr. Deputado Reno Caramori (Intervindo) - Ou bombeiro militar!

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - O bombeiro militar já está!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Não, não está.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - O bombeiro militar já está na nossa Constituição!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Ele tem que ter convênio.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Mas o bombeiro militar já está lá! Quem vai fazer o convênio será a prefeitura!

Srs. deputados, está fazendo uma visita, hoje, a esta Casa o nobre ex-colega e hoje prefeito de Balneário Camboriú, Edson Piriquito, que é um grande parceiro. Ele, naquele município, pode hoje somente fazer convênio com o bombeiro militar. Com a PEC, ele poderá escolher se será com o bombeiro militar ou com o bombeiro voluntário. Em Joinville, há bombeiros voluntários, são 150 anos de bombeiros voluntários, porque a prefeitura não pode fazer convênio com os bombeiros voluntários, para que possam fazer a fiscalização. Por quê? Por causa da legislação. Essa é exatamente a razão da PEC, dar aos prefeitos a possibilidade de poderem fazer esse tipo de convênio.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado Kennedy Nunes, concordo com v.exa. com relação à criação de um fundo. A maneira legal que foi encontrada dentro do orçamento do ano foi através de subvenção social, porque as corporações nada mais são do que uma entidade civil, como a ONG, que presta um serviço. Por exemplo, uma ação social, um atendimento pré-hospitalar. Somente no ano de 2011 foram realizados 73.495 atendimentos hospitalares por todas essas corporações filiadas à Abvesc. Portanto, elas atendem a parte social, cuidam de bens e vidas.

Então, foi encontrada uma maneira de repassar esses recursos, que são pequenos, para que o governo participe também na manutenção dos bombeiros voluntários. Eu vou trazer os valores que são repassados para cada corporação, para ver o que é insignificante. Tanto que o estado investe 0,13% nos bombeiros contra 2,79.

Obrigado!

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Deputado Reno Caramori, não estou dizendo que eles não fazem ação social. É claro que acharam essa forma de fazer o repasse pela subvenção social porque é uma saída jurídica dentro do orçamento, mas defendo a criação de um fundo específico, com percentual obrigatório. E quem for o governador terá que fazer o investimento exatamente daquele percentual para atender às corporações voluntárias diante de uma *per capita*, do número de habitantes que eles cuidam, e daí receberá. É simples a matemática, basta nós e o governo quereremos resolver essa questão.

Mas volto a frisar aqui que o que estou vendo é uma batalha muito grande, e vou dizer, de forma muito descomplicada, sem qualquer tipo de pretensão ou paixão, o seguinte: precisamos, nessa discussão, baixar os estandartes e as lanças de vaidades e orgulho por disputas, sejam lá quais forem, porque no fundo a PEC que está nesta Casa não vai mudar em nada a vida do cidadão! Em nada! A PEC que está aqui, aprovada ou não, não muda em nada a vida do cidadão. Não dá um minuto a mais ou de vida para ele. Essa que é a verdade!

Nós estamos aqui com a PEC numa armação que fizeram de guerra não sei para quê! Tanto o militar quanto os outros estão pressionando para, na verdade, disputar espaços e poder, porque no fundo o cidadão, seja de qual município for, dentre os 293, não vai sentir nada de diferença! E precisamos fazer alguma coisa para mudar a vida das pessoas, pois elas precisam ter ciência de que quem está indo lá, seja bombeiro militar ou bombeiro voluntário, vai poder fazer a fiscalização, para que possa morar ou ir a um espaço seguro. Essa que é a verdade!

Gostaria de fazer esse desabafo, a fim de pararmos com essa disputa. Vamos baixar as armas. Não estamos aqui para fazer qualquer tipo de acareação entre um e outro, estamos pensando na comunidade, e da maneira como está sendo tratada a questão, isso não vai beneficiar em nada a vida do cidadão. Vai, sim, fomentar mais ainda a questão da disputa e isso não é bom para o estado e para os catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Kennedy Nunes.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentar o presidente, os demais deputados aqui presentes e todos que acompanham esta sessão.

Srs. deputados, como será realizada, hoje à noite, a primeira sessão de homenagem ao Dia da Mulher, quero fazer um destaque, em nome do Partido dos Trabalhadores, às conquistas que as mulheres vêm obtendo ao longo da história brasileira, especialmente o dia 8 de março, que é comemorado como o Dia Internacional da Mulher.

Portanto, quero destacar a origem desse dia. Foram 129 mulheres queimadas vivas em uma fábrica de tecidos em Nova Iorque, em 8 de março de 1857. Isso porque reivindicavam um salário justo e a

redução da jornada de trabalho. A polícia acabou por trancar as portas da fábrica e colocar fogo no imóvel, o que veio a custar a vida das 129 mulheres. No momento do incêndio, era confeccionado um tecido de cor lilás que deu origem à cor da luta das mulheres.

Então, o primeiro destaque é com relação ao dia 8 de março, à origem histórica dessa data.

Em 1879, o governo brasileiro abriu as instituições de ensino superior do país às mulheres, mas as jovens que seguiam esse caminho eram sujeitas às pressões e à desaprovação social.

Em 1880, as primeiras mulheres graduadas em Direito encontram dificuldades em exercer a sua profissão.

Em 1932, direito ao voto. Inicialmente, elas tiveram o direito de votar e depois, então, o direito de serem votadas.

Em 2011, como resultado de toda essa luta, tivemos a primeira mulher presidente do Brasil, uma conquista de todos os brasileiros e brasileiras.

Em 1980, o Brasil cria o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher, instituído a partir de uma lei federal, e também o Dia Nacional da Mulher, no dia 30 de abril.

O Ministério da Saúde cria, então, o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher, resultado da forte mobilização empreendida pelos movimentos feministas dos anos 70 e do início dos anos 80. Esse programa surgiu fundamentado no princípio mais importante do modelo de assistência: o da integralidade do corpo, da mente e da sexualidade de cada mulher.

Em 1985, são criadas as delegacias de atendimento à mulher. Surge a primeira Delegacia de Atendimento Especializado à Mulher, Deam, em São Paulo. E rapidamente várias outras são implantadas em estados brasileiros.

A Câmara dos Deputados também aprova, em 1985, a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Portanto, 27 anos atrás foi criada apenas a criação desse conselho.

Em 1988, é instituído, a partir da Constituição Federal, o direito e o princípio de homens e mulheres serem iguais em direitos e em obrigações. Portanto, a partir dessa data temos, no Brasil, uma legislação que reza, embora muitos não queiram, que homens e mulheres têm os mesmos direitos e obrigações.

Em 1996, Mulher Sem Medo do Poder. Visando as eleições para prefeitos e vereadoras, as mulheres se organizam em todo o país através de um movimento chamado Mulher Sem Medo do Poder. Com isso, conseguimos aumentar o número de vereadoras e de prefeitas em todo o território nacional.

O Congresso Nacional também, a partir daquele momento, inclui na legislação eleitoral a cota de 20% de mulheres em suas chapas proporcionais e depois eleva para 30%, a partir de 1998.

Em 2006, uma lei que não precisava existir, porque retrata ainda algo muito violento na nossa vida, que é a Lei Maria da Penha. Conhecida como Lei Maria da Penha n. 11.340, foi decretada pelo presidente Lula e traz várias mudanças que estabelecem um rigor maior nas punições às agressões contra a mulher quando ocorridas no âmbito familiar ou doméstico. Essa lei começa a desmontar a ideia de que em briga de marido e mulher não se mete a colher. Ou seja, essa lei preconiza que a violência precisa ser combatida, esteja onde estiver.

Quero destacar também alguns direitos que muitos não percebem no dia a dia, mas que foram difíceis de serem conquistados. O direito da mulher dona de casa poder ocupar o espaço público e trabalhar fora. O direito ao voto, em 1932. O direito das mulheres poderem disputar as Olimpíadas e campeonatos, portanto, o direito ao esporte. E para se ter uma ideia da gravidade que foi isso, o criador das Olimpíadas, quando as mulheres conquistarem o direito de disputar, oficialmente, as provas olímpicas, o criador das Olimpíadas pede demissão como presidente do Comitê Olímpico Internacional, em 1928.

Outros direitos que as mulheres conquistaram: o direito ao divórcio; de poder ser eleita para

governos; de usar contraceptivo. E vamos resgatar aqui que nossas mães sempre contavam que os padres chamavam as mulheres para dizer que era pecado proibir o nascimento de mais um filho.

É por isso, então, deputado Kennedy Nunes e deputado Sargento Amauri Soares, que antigamente as nossas mães, muito obedientes e não pecadoras, tinham inúmeros filhos. Esse foi um grande desserviço da igreja à vida das mulheres. A igreja fez muita coisa boa, mas esse, especialmente, não foi correto.

Prosseguindo, as mulheres também conquistaram o direito de poder usar calça jeans, poder usar calça comprida, o direito de a mulher, e isso revolucionou os costumes da época, poder se matricular no curso superior; o direito de a mulher casada poder escolher se quer ter o sobrenome do marido ou não ou como eu, que mantive o meu sobrenome, porque acho que isso é manter a identidade da mulher; o direito de a mulher poder chegar a cargos executivos; o direito de receber salários mais próximos dos pagos aos homens. Embora ainda tenhamos, em Santa Catarina, a maior desigualdade da nação brasileira, os homens ganham 30% em média mais do que as mulheres ao ocupar o mesmo cargo e a mesma função.

No quesito trabalho, também percebemos a participação feminina, subindo de 38,8% para 40%. A educação também melhorou, pois as mulheres estão estudando mais. Hoje, houve um crescimento de 14,7% para 20,4% de mulheres estudando.

Srs. deputados, fiz este registro para dizer que todas essas conquistas que as mulheres obtiveram, que hoje apenas comemoramos, aconteceram somente porque elas se organizaram. Nada nos foi concedido. Hoje, nesta Casa, somos quatro deputadas apenas, num universo de mais de 50% de mulheres em Santa Catarina, mas significamos muita luta e organização. Inclusive o deputado Romildo Titon, no sábado, num evento de mulheres, disse para nós quatro, deputadas, que éramos muito faladeiras, que incomodávamos, brigávamos e trabalhávamos. Isso é muito positivo, porque nem sempre na política dois mais dois são

quatro. Ou seja, trabalhamos muito para fazer justiça e para representar todas as mulheres catarinenses.

Eu quero, rapidamente, sr. presidente, fazer o registro das mulheres que serão homenageadas hoje à noite e que representam também um esforço conjunto desta Casa.

Maria Angélica Ribeiro Colombo, gestora da ação social e artística plástica; Dalila Pedrini, diretora de Assistência Social da secretaria de estado da Assistência social, trabalho e Habitação; Felicitas Maria Lanzer, coordenadora do Grupo de Estudo de Adoção, de Blumenau; Neusa Freire Dias, diretora da Casa da Mulher Catarina; Assunta Maria Rodrigues, coordenadora da Pastoral da Criança de Chapecó; Justina Inês Cima, liderança nacional do Movimento de Mulheres Camponesas; Roselane Neckel, primeira mulher reitora eleita da UFSC; Silvia Hoepcke da Silva, presidente do Instituto Carl Hoepcke; Jaqueline Aranha, sambista; Rosemere Clarete da Luz, trabalhadora doméstica.

É uma homenagem do Partido dos Trabalhadores às mulheres pela sua história de luta, como também à primeira presidenta da República, a nossa querida Dilma Rousseff, e a todas as mulheres catarinenses que lutam para que este estado seja cada vez melhor.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputada Luciane Carminatti.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, público que nos acompanha na tarde desta terça-feira, vou começar o meu pronunciamento, deputado Moacir Sopelsa, com uma filosofada dos nossos grandes filósofos da região açoriana em Santa

Catarina: uma coisa é uma coisa e outra coisa é bem outra coisa.

Então, não se trata de botar todos os assuntos dentro do mesmo debate, dentro dos mesmos pressupostos na hora de bater nessa questão dos bombeiros, da PEC n. 001, que foi discutida na manhã de hoje na comissão de Constituição e Justiça e que vai continuar sendo discutida nas próximas semanas nesta Casa.

Todo trabalho do Corpo de Bombeiros, do chamado bombeiro voluntário, precisa ser aplaudido, reforçado e estruturado. No meu modo de ver, precisa também ser disciplinado por legislação estadual.

O que está em debate é a possibilidade ou não de o estado transferir a terceiros, entidade civil de caráter privado, uma função que é típica de estado. E aí, pelo meu modo de ver, uma atividade, que é função típica do estado, ser transferida para um terceiro, que é uma entidade de direito privado, é, sim, privatização. E privatização não se faz somente através de um leilão de uma coisa que se vende. Pode-se privatizar serviço, e este é o caso.

Essa é uma forma de ver, mas é evidente que cada um tem uma baliza para analisar. Transferir a terceiros um serviço que é típico do estado é privatizar. Mas esse não é o foco do debate.

Nós precisamos chegar a posições, se possível, consensuais, deputado Kennedy Nunes, com relação a esse assunto, porque existe há 120 ou 150 anos na cidade de Joinville, há 40 anos em Caçador, há 32 anos em Concórdia, como falou o deputado Reno Caramori aqui, e é verdade. Então, em 1988, a Constituição Federal atropelou essas instituições. A Constituição atual é posterior à existência desses bombeiros chamados voluntários, e a Constituição federal diz quais são as instituições que cuidam desse serviço, assim como a Constituição estadual refaz e especifica.

Nós mantemos a nossa posição de que o serviço de fiscalização e de concessão de licenciamento somente pode ser realizado por instituição pública, e esse é o elemento. As outras questões,

o argumento de que o bombeiro voluntário vai falir... Vai falir por quê? "Ah, é por causa da taxa, da fiscalização". O bombeiro militar tem dito, e reitera a qualquer momento que se quiser chamar o bombeiro militar aqui, que faz, e já tem, convênio com nove cidades que têm bombeiro voluntário. E, inclusive, repassa no mínimo 50, mas até a totalidade do valor das taxas para o município. Aliás, é condição do bombeiro militar: 100% das taxas permanecer no município para o bombeiro, para o município e, inclusive, por lei municipal transferir para o fortalecimento e estruturação do bombeiro voluntário. Mas há convênios, deputado Reno Caramori - e nós podemos trazer e ler aqui -, com nove cidades no estado de Santa Catarina.

Então, o que eu estou vendo? Radicalidade nessa discussão? Há radicalidade nessa discussão, sim, deputado Kennedy Nunes, de quem acha que não é possível conviver na mesma cidade o bombeiro militar público e a instituição de bombeiro privado. E temos que ver quem é que está defendendo que é inviável à existência dos dois no mesmo espaço. Por que é inviável a existência dos dois no mesmo espaço? É essa a explicação que se precisa ter e saber quem é que está defendendo que é inviável para saber quem é que está agindo com radicalidade nessa discussão.

Na minha avaliação, querem atropelar o direito do estado e impedir uma instituição pública de entrar em determinadas regiões do estado, como se houvesse algum espaço no estado de Santa Catarina que não seja Brasil e que não esteja submetido às Constituições Federal e Estadual. Este é debate que também precisamos fazer. Precisamos é chegar a acordos através de legislação aprovada nesta Casa.

Eu conversei também com as duas partes e perguntei isto: é possível um acordo, e esse acordo em que termos?

Esta Assembleia Legislativa pode construir uma legislação estadual para organizar essa discussão no estado de Santa Catarina. Na minha avaliação e no meu posicionamento, uma PEC que dê poder de

polícia para uma entidade privada, aí não é possível dialogarmos!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Reno Caramori, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente e srs. deputados, eu havia programado outra fala para esta tarde, mas como o assunto é muito importante, é necessário que possamos cada vez mais esclarecer à sociedade o que está acontecendo.

Deputado Sargento Amauri Soares, não vejo problema de rivalidade em mantermos duas corporações na mesma cidade, mas entendo que é extravagância. A sociedade jamais iria admitir que mantivéssemos um quartel dos bombeiros militares e um de bombeiros voluntários, e ela pagando a conta.

Meu Deus do céu! Sou parceiro dos bombeiros militares a qualquer momento, em qualquer situação, para que nós, deputado Manoel Mota, possamos levar o serviço de bombeiros aos 171 municípios catarinenses que ainda não o têm. Onde há bombeiro militar, eu não admito que se crie um voluntário, pois seria burrice nossa. Vou repetir: será ignorância, além de burrice, criar em Lages uma corporação de bombeiros voluntários se lá temos um belo Corpo de Bombeiros Militar, que atende à necessidade da região. Ou lá em Curitibanos ou Videira. Se bem que em Videira, e quero aqui fazer uma ressalva, deputado Sargento Amauri Soares, dá pena, porque os coitadinhos daqueles bombeiros militares deslocam-se de Curitibanos e Canoinhas para poder atender, porque não há efetivo em Videira. Eles ficam deslocando-se, pegando carona e vivendo de favor.

Então, não dá! Nós temos que colocar as coisas nos seus devidos lugares. Se há bombeiro militar

funcionando, vamos apoiá-lo, é óbvio! O que diria a sociedade se fôssemos contra um Corpo de Bombeiros Militar que está prestando um trabalho excelente na sua comunidade?! E aplico a mesma regra aos bombeiros voluntários. Onde há um bombeiro voluntário, deixem-no trabalhar!

Poder de polícia no município quem tem é o município! É ele que vai optar pelo militar ou pelo voluntário. É o prefeito, através da Câmara de Vereadores, que vai aprovar ou não uma lei criando a oportunidade de firmar convênio com a corporação que escolher. E assim foi feito em Caçador e em todos os municípios.

Quero aqui lembrar um fato de Caçador. Deputado Moacir Sopelsa, quando eu era prefeito, os coronéis Dória e Ary Oliveira, secretário de Segurança, foram a Caçador, solicitaram uma reunião comigo e com a Corporação de Bombeiros Voluntários e disseram: "Prefeito, estamos aqui para o entendimento. Vocês querem permanecer como voluntários ou querem uma corporação militar"? Eu já havia feito uma prévia com a Corporação de Bombeiros Voluntários, com a Associação Comercial, com o Rotary Club, com o Lions, com a Maçonaria e outras entidades, que optaram que permanecesse a Corporação de Bombeiros Voluntários. E ainda sugerimos aos coronéis Dória e Ary Oliveira que fossem a Videira - e eu fui junto - para tratar com o então prefeito Tadeu Comerlatto da instalação do Corpo de Bombeiros Militar.

Assim mesmo demorou muito tempo, mas foi uma opção que fizemos. E colaboramos, como prefeito de Caçador, com o então prefeito de Videira, Tadeu Comerlatto, para que fosse viabilizada a criação do bombeiro militar em Videira, que funciona até hoje, mesmo que precariamente, temos que dizer.

Então, não temos absolutamente nada contra voluntários, comunitários ou militares. O que queremos é que toda a sociedade seja atendida, notadamente os 171 municípios que ainda prescindem desse serviço. Porque é uma incoerência querer dar duplicidade de atendimento num município e em outro nada! Isso é brincadeira!

Portanto, volto a dizer e lembrar, deputado Manoel Mota, que não é inconstitucional essa PEC, porque o procurador-geral do Estado, o secretário da Fazenda, o desembargador e o dr. Pamplona não iriam elaborar uma emenda, com a anuência do governo do estado, que fosse inconstitucional. Por favor! A emenda diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Art. 112.....

Parágrafo Único: No exercício da competência de fiscalização de projetos, edificações e obras nos respectivos territórios, os municípios poderão, nos termos de lei local, celebrar convênios com os corpos de bombeiros voluntários para fins de verificação de certificação do atendimento às normas de segurança contra incêndio."[sic]

Por quê? Porque na Constituição consta que os bombeiros voluntários já têm, por força de lei, um convênio homologado. Então, não há nada de inconstitucional, em absoluto! O que queremos é, justamente, dar condições de que a fiscalização de obras e de projetos de prevenção de incêndio seja de competência dos municípios, em razão do interesse local.

Portanto, não estamos, em momento algum, puxando para um lado ou para outro, deputado Kennedy Nunes, e muito menos criando uma animosidade entre as corporações militares e voluntárias. Em absoluto! O voluntariado está oficializado no Brasil, é lei.

Eu dei o exemplo de Caçador, que mantém quase 200 bombeiros voluntários e 24 remunerados, que são aqueles que mantêm 24 horas por dia o caminhão com a porta aberta e pronto para qualquer evento que seja solicitado pela sociedade.

Por isso queremos, mais uma vez, esclarecer à sociedade que ninguém está criando qualquer problema e muito menos disputa. O que estamos fazendo é discutir com este Parlamento, que é inteligente, e dando oportunidade a mais uma corporação que se propõe a oferecer o seu trabalho graciosamente à sua comunidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Reno Caramori.

Esta Presidência quer registrar, com muito prazer, a presença do prefeito de Peritiba, Tarcísio Reinaldo Bervian, e do secretário de Administração e Finanças, Valmor Pedro Bacca. Seja bem-vindo, prefeito Tarcísio Reinaldo Bervian!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, eu gostaria de fazer o registro da presença do prefeito João Romão, de Garuva, que está tentando resolver no Deinfra a questão da rotatória da SC-415, de Garuva. Seja bem-vindo, prefeito João Romão, de Garuva!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes.

Também quero dar as boas-vindas ao prefeito de Garuva!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Darci de Matos, por até doze minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, desejo, rapidamente, falar sobre alguns assuntos e inicio fazendo menção ao Dia Internacional da Mulher, 8 de março, quinta-feira.

A deputada Luciana Carminatti já se pronunciou sobre o assunto, e temos aqui a presença da deputada Ana Paula Lima. Gostaria de dizer, sr. presidente, que no dia 24 do mês passado comemoramos 80 anos, deputado Maurício Eskudlark, da conquista do direito ao voto da mulher no Brasil. Logo em seguida, tivemos nesta Casa a primeira deputada afro, negra, do Brasil, Antonieta de Barros, deputada Ana Paula Lima, uma professora simples, digna, comprometida com a

educação, com a sociedade catarinense e que orgulha as mulheres e o estado de Santa Catarina.

Sr. presidente, também gostaria de fazer menção a esse trabalho excepcional das mulheres. Os cientistas afirmam que nos últimos 50 anos a sociedade evoluiu mais do que em toda a história, por vários motivos, mas um dos motivos é exatamente a entrada da mulher no mercado de trabalho. As mulheres, deputada Ana Paula Lima, continuam cuidando dos maridos, dos filhos, da casa, mas foram, numa dupla ou tripla jornada, para o Judiciário, para a política, para as universidades, para o mundo empresarial, e estão demonstrando tanta ou mais competência do que nós, homens. E somente temos que aplaudi-las, deputado Kennedy Nunes, ou então apanhamos em casa.

Então, não poderia deixar de fazer este registro a esse bom momento das mulheres, e histórico, porque, como foi dito pela deputada Luciane Carminatti, os avanços não foram concessão de ninguém. Eles foram conquistados com muita luta, determinação, sofrimento e garra.

Mas nós ainda vivenciamos, deputada Ana Paula Lima, discriminações no que diz respeito ao índice de empregabilidade, às agressões à mulher, à ocupação de cargos públicos e assim por diante.

As mulheres, com sua força, com sua luta e com muita garra, o que lhe é peculiar, estão conquistando, a cada dia que passa, mais espaço na sociedade.

Quero também fazer menção, deputado Kennedy Nunes, à nossa querida e amada Joinville, que no dia 9 de março comemorará 161 anos de história, de luta, de garra, de progresso e, sobretudo, de sucesso, porque ela é a 13ª cidade, deputado Dado Cherem, em IDH no Brasil. Responde por 26% das exportações de Santa Catarina e por 1,6% das exportações do Brasil. Portanto, é a maior cidade do estado, a terceira maior cidade do sul do Brasil e a locomotiva catarinense.

Parabéns a Joinville por esse bom momento que vive. Gostaria de dizer que o desafio, deputado Kennedy Nunes, dos gestores públicos e dos futuros gestores públicos é exatamente transformar esse

grande crescimento econômico da cidade em qualidade de vida para a nossa população.

Também, rapidamente, não poderia deixar de fazer menção ao discurso dos eminentes deputados Sargento Amauri Soares e Reno Caramori, que trataram aqui da PEC que versa sobre os bombeiros de Santa Catarina.

Quero dizer, deputados Reno Caramori e Sargento Amauri Soares, que a prerrogativa da vistoria e da concessão de licença para a construção não é do estado. A prerrogativa é dos municípios. Se a Constituição, que foi aprovada alguns anos atrás, diz que é do estado, que é do bombeiro militar, ela é inconstitucional.

Isso qualquer leigo, qualquer cidadão, qualquer vereador do interior de Santa Catarina sabe. A prerrogativa da construção da liberação da vistoria é de quem? Não é do bombeiro militar nem do voluntário, é do município. É isso que a PEC quer. O município pode conveniar-se ao Crea, ao o Corpo de Bombeiros Comunitários, com os Voluntários ou com o Militar. A prerrogativa é do prefeito, é do gestor público municipal. E estão falando em privatizar as vistorias? Isso não existe, deputada Ana Paula Lima. Toda entidade sem fins lucrativos é de direito privado. Alguém que tenha um conhecimento mínimo jurídico sabe disso. Estão usando de maldade.

Os bombeiros voluntários são excepcionais, deputado Sargento Amauri Soares. Estão dizendo por aí que os deputados Reno Caramori e Darci de Matos são contra os militares. Isso é mentira! Isso é maldade! Não somos contra ninguém. Os bombeiros militares fazem um trabalho excepcional, assim como os comunitários e os voluntários também. Temos que manter as corporações, pois estamos devendo isso para Santa Catarina, porque há 171 municípios que estão desprotegidos, e essa PEC dará condições de a prefeitura fazer convênio com quem desejar. Essa PEC vai, com certeza, manter um trabalho que existe há 120 anos, como é o caso dos bombeiros voluntários de Joinville. Os bombeiros militares, com muita honra, com muito orgulho, deputado Sargento Amauri Soares, foram criados há

70 anos, deputado Reno Caramori, mas há 50 anos antes de serem criados os bombeiros militares Santa Catarina já existia, Joinville já era grande, Florianópolis já era imponente. E quem fez as vistorias durante 50 anos quando ainda não existiam os bombeiros militares? Quem apagou os incêndios e esteve presente nos momentos de sinistros e catástrofes no estado? Foi o bombeiro voluntário, que agora está sendo inquirido, massacrado, espezinhado, injustiçado. Essa é a grande verdade!

Nós não somos contra os bombeiros militares, deputado Sargento Amauri Soares, se alguém disser isso está usando de maldade, e esta Casa não é lugar para isso. O Poder Legislativo concede melhorias, defende as pessoas e a comunidade. Nós defendemos os militares, os voluntários e os comunitários de Santa Catarina.

Queremos fazer justiça. Queremos que os municípios, que têm a prerrogativa de fazer vistoria, façam convênios com os militares. Não há problema nisso! O prefeito é que vai decidir. Também pode ser feito convênio com o Crea ou com os bombeiros voluntários. Isso é o prefeito que vai decidir. O governo estadual não tem prerrogativa para fazer vistoria, apenas o município. Essa é a linha da PEC.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Gostaria de parabenizar todos os deputados desta Casa pela discussão e entendo, deputados Darci de Matos, Reno Caramori e Sargento Amauri Soares, que este é o momento para encontrarmos a melhor solução para o estado. As duas corporações fazem um excelente trabalho. Como exemplo disso podemos citar os bombeiros voluntários de Ascurra, que atendem também a Apiúna e a Rodeio e, além de todo o trabalho de infraestrutura que conquistaram, há também todo um trabalho com mais de 100 crianças que envolve a questão social, a educação, a moral, a prática de esportes, enfim, um trabalho muito grande.

Temos em todo o estado de Santa Catarina o trabalho dos bombeiros voluntários e dos militares. Conheço o grande trabalho feito lá na nossa região, no extremo oeste, pelo bombeiro militar e por todos os voluntários. Temos, inclusive, que encontrar uma forma de proteger contra algum incidente aqueles que prestam algumas horas do seu trabalho por dia para a comunidade.

Concordo em gênero e número com o deputado Reno Caramori de que não podemos ter bombeiros militares e voluntários na mesma cidade. Isso é um contrassenso, um absurdo! Vamos fortalecer o comunitário e assim que puder vamos criar uma nova corporação que se dê preferência, sob a coordenação dos bombeiros militares, para os municípios que não têm cobertura, contando, é claro, com o apoio dos comunitários que possam vir.

Então, entendo que esse é um momento feliz para Santa Catarina e, dentro dessa discussão, temos, que, efetivamente, encontrar a melhor solução, valorizando as duas instituições para o bem da população de nosso estado.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, deputado Mauricio Eskudlark.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não, deputado Sargento Amauri Soares.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - A atribuição é do prefeito, mas ele precisa cumprir a Constituição Federal. O governador tem um monte de atribuições também, mas precisa cumprir todos os itens da Constituição Federal. Então, como o Crea e como as entidades privadas, o prefeito, de acordo com o texto da Constituição Federal, não tem autonomia para fazer o convênio.

Deputado Darci de Matos, v.exa. falou muito bem que não é verdade o que estão dizendo por aí que o senhor e o deputado Reno Caramori são contra os bombeiros militares e que nós queremos acabar com o voluntário. Também não é verdade isso!

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Apenas gostaria de registrar que agora às 18h teremos uma

reunião, deputado Maurício Eskudlark, pela Frente Parlamentar do Transporte, com o Paulo Meller, do Deinfra, para tratar de um assunto de fundamental importância para Santa Catarina e que diz respeito à autorização da ampliação da malha para o tráfego dos bitrens que têm legalidade, que fizeram emplacamento e que pagam o IPVA de Santa Catarina.

Sr. deputado Reno Caramori, estamos muito esperançosos que através dessa reunião possamos chegar a um entendimento com o Deinfra, porque a economia de Santa Catarina não pode parar, os bitrens são uma realidade no mundo e em nosso estado, e, se as estradas têm problema de nivelamento, de acostamento e de sinalização, é uma questão nossa e não dos empresários.

Portanto, esperamos um bom acordo, hoje, às 18h.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Apenas para registrar a presença do dr. Renato Nicoletti, ex-presidente da OAB, grande advogado do estado de Santa Catarina que nos prestigia no dia de hoje.

E quero ainda reforçar a importância desse debate com referência à questão dos bitrens, porque se trata da economia de Santa Catarina. Temos que nos habituar com o novo momento do trânsito em nosso estado. Não se trata apenas de ter dificuldade para ultrapassar um bitrem. Isso não é justificativa. Se a questão fosse de segurança viária, de infraestrutura das rodovias, temos que ver o que o estado pode fazer, mas temos que defender a economia, os proprietários desses veículos, que estão devidamente licenciados e não podem ser atingidos por medidas que possam prejudicar a nossa economia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos

Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Moacir Sopelsa.

Antes, porém, com a permissão do deputado Moacir Sopelsa, gostaria de dizer que quem mantém o bitrem tem direito adquirido.

Gostaria de citar aqui o exemplo dos voos que foram cancelados para recuperação da pista, no aeroporto de Chapecó, porque foi detectado problemas de deficiência, apesar de os aviões terem recebido permissão para pousar. E se as nossas estradas não têm condições, alguém tem que recuperá-las para dar trafegabilidade.

Com a palavra o sr. deputado Moacir Sopelsa por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. deputado Reno Caramori, irei dividir o meu horário com o deputado Manoel Mota, por isso, falarei apenas durante seis minutos.

Srs. deputados, essa questão do bitrem é importantíssima, assim como a conservação das estradas, deputada Ana Paula Lima.

Mas quero falar sobre a questão que hoje envolveu a comissão de Constituição e Justiça, deputado Sargento Amauri Soares. Eu tinha conhecimento de que v.exa. possui um parecer que não questiono, acho que o parecer de v.exa. está calcado em justificativas pelo arquivamento da PEC.

Procurei deputados da comissão de Constituição e Justiça, especialmente os deputados Joares Ponticelli e José Nei Ascari, para que pudéssemos discutir melhor essa situação e não apenas arquivar uma proposta que está aqui. E não há como negar que cada um tem seus interesses e também há os interesses locais, deputada Ana Paula Lima.

Mas temos que ter a consciência de que acima dos interesses locais e acima dos interesses particulares temos uma sociedade, e há de se ter o reconhecimento do credenciamento que tem o bombeiro militar. Mas não se pode negar, de forma nenhuma, a história, deputado Manoel Mota, e o trabalho, deputado Serafim Venzon, dos bombeiros voluntários. Eu me preocupo e muito com esse

assunto, deputado Neodi Saretta, e gostaria de dizer que precisamos olhar para a floresta e não apenas para a árvore, deputado Kennedy Nunes.

O governo do estado tem dificuldades em todos os setores e não precisa o deputado Moacir Sopelsa dizer, mas sabemos das dificuldades da Educação, a dificuldade que têm os professores, as dificuldades da Saúde, dos médicos, as dificuldades nas rodovias, na infraestrutura, e com tudo isso o estado não tem estrutura para assumir uma corporação, como por exemplo a de Concórdia, de Joinville, de Caçador ou de Brusque, se não me falha a memória.

Não há estrutura para dar o que a cidade precisa, e lá está o bombeiro voluntário fazendo isso. E quando se diz que vai tirar o direito do bombeiro voluntário trabalhar, a corporação será fechada e o estado vai ficar em maus lençóis, porque se não há estrutura para muitas das suas ações, não vai haver, deputada Ana Paula Lima, essa estrutura para os bombeiros militares fazer o trabalho que fazem os bombeiros voluntários em uma centena de municípios. Como os bombeiros militares terão essa estrutura e esse trabalho em mais de uma centena de municípios?

Então, o governo precisa construir uma proposta, o governador precisa construir uma proposta que dê condições para os bombeiros voluntários fazerem o seu trabalho, deputado Sargento Amauri Soares.

O município também é um poder público, basta que possamos dar a ele esse poder, através de uma emenda à Constituição, nesta Casa. Não é fazer uma emenda inconstitucional, mas uma emenda em que o município tenha poder também, pois é um poder público. Quem tem o poder de polícia, segundo a Constituição, é a união, o estado e os municípios. Devemos encontrar uma alternativa que possa atender e resguardar também os bombeiros voluntários. Ninguém quer tirar o direito do bombeiro militar, apenas reconhecer o trabalho já feito há décadas. Não me refiro aos 120 anos de Joinville, deputado Reno Caramori, mas aos 30 de

Concórdia e ao mundo onde os bombeiros voluntários são reconhecidos.

O deputado Sargento Amauri Soares fala na criação de um convênio. Acho que um convênio pode resolver desde que se dê alguma segurança para que amanhã ele não seja interrompido ou que no ano que vem ele deixe de existir. Que a corporação daquele município, que está estruturada, criada, possa deixar de ter essa preocupação de amanhã perder o seu poder.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra, pelo restante do tempo do partido do PMDB, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, gostaria de registrar o momento que vivemos em Araranguá, no último domingo, no Quilômetro de Arrancada de Caminhão, a festa mais linda que conheci em todos os tempos.

Foi um evento criado há 26 anos, mas durante quatro anos não foi realizado, por isso foi realizado 22 vezes. Nos primeiros cinco anos transformou-se na maior festa de Santa Catarina; há oito ou dez anos transformou-se na maior festa do Brasil; e hoje é a maior festa do mundo na categoria caminhão transporte de carga.

Colocamos, num dia apenas, 150 mil pessoas numa festa, e lá os caminhoneiros, que são os grandes artistas da festa, mostraram suas habilidades, sua garra e rapidez.

Quero, aqui, parabenizar a prefeitura municipal de Balneário Arroio do Silva e toda a organização, que merece nota dez. Mas quero parabenizar a empresa Aspecto - Comunicação Empresarial -, que deu um banho de organização e que fez com que os empresários do Paraná, de São Paulo, do Rio de Janeiro, da Bahia, de Minas Gerais, de Mato Grosso, de Porto Alegre, do Brasil inteiro, na área de transportes, dissessem que nunca viram coisa igual.

Por isso, temos que comemorar, festejar.

Eu tenho a honra de dizer que fui prefeito daquela cidade, Araranguá, e criei aquela festa para valorizar o motorista profissional e para que ela se transformasse nesse grande acontecimento.

Deputado Darci de Matos, v.exa. falou há pouco dos bitrens, dos treminhões, e quero dizer que os pilotos desses caminhões estavam naquela festa dando demonstrações de beleza.

Mas também gostaria de falar que durante esses meus 30 anos de vida pública cumpri seis mandatos neste Parlamento, trabalhando, fazendo amizades, tomando decisões, cumprindo ações, cumprindo o meu compromisso com o povo de Santa Catarina, especialmente com o sul do estado. Tive a honra de ser escolhido pelos meus companheiros, por sete vezes, líder da bancada. Talvez, nem daqui a um século teremos, neste Parlamento, um deputado líder de bancada por sete vezes.

Por isso, terça-feira, vamos fazer o rodízio com a minha bancada, com muita tranquilidade, com muita responsabilidade, porque acho que com esse rodízio vem sangue novo, pessoas com garra, com vontade de trabalhar, e isso é importante. Acho que sempre cumpri minha missão com lealdade, com decisão, com responsabilidade, e a minha bancada esteve em primeiro lugar, eminente deputado Darci de Matos. Nunca usufruí no momento da liderança do poder de ser líder, sempre coloquei a minha bancada em primeiro lugar e sinto-me orgulhoso de ter feito tudo isso.

Sr. presidente, quero pedir mais dois minutinhos, porque é uma despedida da liderança e sei que irá conceder para que v.exa. possa utilizar o tempo. E quero dizer que se fui leal ao governador Luiz Henrique, ao governador Paulo Afonso e ao governador Casildo Maldaner, estou sendo leal ao governador Raimundo Colombo e a Eduardo Moreira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Deputado Manoel Mota, antes de conceder o tempo a v.exa., lamento muito receber a notícia de que não será mais o líder do PMDB. Esta Casa, com certeza, vai sentir saudades do seu exercício na liderança, muito embora seja bem substituído pelo deputado

que irá sucedê-lo. Mas esta Casa concede o tempo que julgar necessário para a sua despedida de liderança da maior bancada desta Casa.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Muito obrigado pela oportunidade, porque até terça-feira ainda serei o líder, quando tomaremos essa decisão que já é sacramentada.

Por isso, preciso agradecer, sim, à minha bancada, ao meu líder do governo, pois sempre trabalhamos em sintonia sem ter nenhum problema, seja com o deputado Elizeu Mattos, com o deputado Herneus de Nadal, que foi líder do governo e da bancada, com o eminente deputado João Henrique Blasi, hoje desembargador, que foi líder do governo e eu líder de bancada, mas sempre trabalhando em sintonia, com muita lealdade ao povo, a este Parlamento, aos parlamentares e à minha bancada.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - É uma honra ouvir v.exa., nobre deputado.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Quero saudar esse caminhoneiro que criou o Arrancadão, que se constitui numa das maiores festas de Santa Catarina, reunindo aproximadamente 100 mil pessoas, promovendo, com certeza, o aquecimento da nossa economia, o turismo, o lazer para o sul e para o estado de Santa Catarina.

Deputado Manoel Mota, v.exa., além de uma história bonita, fantástica, de vida, da sua trajetória política, tem dado muitas contribuições para Santa Catarina. E o Arrancadão, com certeza, é uma das grandes contribuições que v.exa. deu quando criou essa festa maravilhosa que se consolida como uma das grandes festas do estado e do Brasil.

Parabéns, deputado Manoel Mota!

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Agradeço o aparte de v.exa. e incorporo-o ao meu pronunciamento.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não, com muita honra concedo um aparte ao eminente deputado

Moacir Sopelsa, grande amigo, com várias passagens por esta Casa, sempre trabalhando em sintonia conosco.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Serei breve, deputado Manoel Mota, porque a gentileza do presidente Gelson Merisio foi com v.exa.

Quero cumprimentá-lo e tenho a convicção da grandeza do deputado que v.exa. é e, se não me falha a memória, por seis mandatos aqui e sempre que exerceu a liderança do meu partido, da nossa bancada, foi um líder que colocou acima de tudo o interesse de todos e não o seu particular. E sabia que no dia de hoje v.exa. teria essa grandeza; por isso, quero cumprimentá-lo e parabenizá-lo, desejando que v.exa. possa continuar sendo esse deputado amigo de todos, mesmo quando divergimos em algumas coisas, mas sabemos aquilo que v.exa. faz e aquilo que se propõe a fazer para defender o estado de Santa Catarina.

Parabéns!

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Agradeço ao deputado Moacir Sopelsa o carinho e incorporo suas palavras ao meu pronunciamento.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não! Estivemos um de um lado do balcão e o outro do outro, mas isso foi coisa do passado e hoje podemos trabalhar em sintonia pelo sul do nosso estado.

A palavra está com v.exa.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - É que a eleição passou, deputado Manoel Mota. E agora o nosso compromisso é com o sul de Santa Catarina. Aliás, esse é o propósito dos oito deputados do sul, mas não só do sul, pois somos deputados de Santa Catarina e como tal temo-nos unidos a todas as causas, até porque a eleição tem os seus três meses de campanha. Lá vamos tratar disso, mas agora vamos cuidar dos interesses do estado.

Quero cumprimentá-lo também. Estive lá no domingo e eu tinha dito a v.exa. que lá estaria, como tenho feito todos os anos junto com o deputado Valmir Comin. O deputado José Milton

Scheffer, infelizmente, estava em missão fora e não pôde participar. Mas estavam o deputado José Nei Ascari e o deputado Edinho Bez, o prefeito, enfim, todos aqueles que fizeram da 22ª edição do Arrancadão, um evento não mais do Arroio ou de Araranguá, quando era e quando v.exa. iniciou, não é só do sul nem de Santa Catarina, é um evento do Brasil, que nos enche de orgulho. Fiquei muito feliz de estar lá juntamente com v.exa., com dezenas de milhares de catarinenses e brasileiros que lá estiveram em mais essa edição do sucesso, que é o Arrancadão de Caminhão.

Parabéns!

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Cumprimento v.exa. e agradeço as considerações. Vamos continuar com a mesma garra.

O Sr. Deputado Jailson Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado Jailson Lima - Deputado Manoel Mota, a política tem essas voltas. Deputado Moacir Sopelsa, veja o pronunciamento do deputado Joares Ponticelli, quanta deferência ao deputado Manoel Mota, depois de quase se esquartejarem aqui no mandato passado.

Então, quero parabenizar v.exa. pela atuação frente ao PMDB. V.Exa. foi o melhor líder que o PMDB já teve.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Eu só quero fazer o registro do companheirismo do deputado Manoel Mota. Eu junto à liderança do governo e o deputado na liderança da nossa bancada até confundimos às vezes as questões de líder do governo e de líder de bancada.

Algumas coisas até copiamos do deputado Manoel Mota lá na serra, que é o Arrancadão, pois a partir de sábado, dias 10 e 11, estaremos realizando o nosso Arrancadão lá em Lages, na localidade de Pedras Brancas. E o de Araranguá é uma criação do deputado Manoel Mota.

O deputado Manoel Mota é um homem muito grande. Mesmo não estando em nossa liderança, continuará sendo um dos nossos líderes aqui, na Assembleia Legislativa.

O Sr. Deputado Dado Cherem - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado Dado Cherem - Nobre deputado, com certeza depois do que vi hoje, os beijos e os abraços que o deputado Joares Ponticelli lhe deu na comissão de Constituição e Justiça, não tenho dúvida da sua capacidade de liderar, de entender o momento político e de fazer disso tudo um ato muito grande.

Quero dizer que quando aqui cheguei vi que seu trabalho como deputado era maior do que tudo, se fosse para defender o governo, v.exa. defendia. E acho que é essa a missão de um líder. Tem que provar que o governo está certo. E v.exa. fez isso com muita maestria, com muita competência, a ponto de o deputado Joares Ponticelli hoje dar um beijo de agradecimento em v.exa. por tudo que fez para ele também.

Então, quero deixar aqui um abraço a v.exa. e dizer que com certeza o PMDB tem e terá um grande líder como v.exa.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Muito obrigado!

Meu caro presidente, vou fazer esse papel na terça-feira, mas está definido que vamos fazer o rodízio e colocar aqui sangue novo. Mas vamos continuar com a mesma garra, trabalhando junto com os companheiros, com os colegas e amigos nesta Casa.

Por isso, sr. presidente, muito obrigado e agradeço também à minha bancada.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Vezon, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VEZON - Sr. presidente, sras. e srs. deputados, prezados catarinenses que nos acompanham através da TVAL e da Rádio Alesc

Digital, quero saudar muito especialmente a professora Edna Lauriano, de Lauro Muller, a prefeita de São Joaquim, sra. Marlene de Fátima, o vice-prefeito de São João do Sul e toda a delegação que o acompanha.

Cumprimento também o presidente do Conselho Estadual do Artesanato, sr. Valdir Frank, o líder do nosso partido, deputado Dado Cherem, que me concede nessa primeira semana do meu retorno do mandato a oportunidade de usar a tribuna em nome do PSDB.

Gostaria de destacar aqui que Santa Catarina tem 6,245 bilhões pessoas e 20% dessa população recebe ou passa o mês com menos de meio salário mínimo. Isso corresponde a 351 mil famílias, que corresponde a 1,2 milhão de pessoas. São apenas 20%, mas se fosse colocar todos em fila, atravessaria daqui até Dionísio Cerqueira e de lá até a Argentina. Essas pessoas vivem de certa maneira em vulnerabilidade social, pelo fato de receberem ou de passarem o mês com menos de meio salário mínimo. E desse 1,2 milhão, 500 mil são crianças de zero a 18 anos, chamando assim, já que é considerado adulto apenas acima dos 18 anos.

Durante o ano de 2011 a secretaria da Assistência Social, sob a minha coordenação, executou inúmeros projetos do orçamento elaborado em 2010, pagou contas por determinação do governador de 2005, 2006 e 2007, algumas contas que estavam lá, enfim, saldou todas as contas, elaborou e projetou as ações para 2012, 2013 e 2014, pelo menos. E entre essas projeções, algumas delas, para serem executadas, custa dinheiro. Custam mais recursos para ter a sua execução.

Eu tenho certeza de que sob o comando agora do dr. Cândido, um administrador público desde a sua juventude, que já foi secretário da Saúde, já foi provedor do Hospital de Caridade, já foi secretário da Saúde estadual e municipal, o segundo secretário nacional da Assistência Social, então, sem dúvida nenhuma, não lhe falta habilidade e certamente não faltará recursos para investir em algumas áreas que precisam de recursos.

Mas hoje quero me ater ao FIA, sr. presidente, e pedir a permissão para fazer esse trabalho primeiramente aqui dentro da Assembleia. Nós reativamos o FIA - Fundo da Infância e do Adolescente. E esse fundo, essa lei, já tem mais de 20 anos, mas estava sepultada, morta, até o ano passado.

No ano passado, reativamos esse fundo, criamos uma conta especial para o fundo. No estado de Santa Catarina existem três contas: a conta única do estado, em que todas as contribuições, toda a arrecadação cai nessa conta, com exceção, deputado Nilson Gonçalves, do Porto de São Francisco que tem uma conta especial, até pelo volume do movimento que é gerado ali. E a outra conta especial é a conta do FIA, cujo número é 800.500-1. É a conta do Fundo da Infância e do Adolescente. E já tem um gestor, o padre Antônio Luiz Caon. O seu consultor é o ex-deputado Marcondes Marchetti. E sem dúvida nenhuma, sob a coordenação do dr. Cândido, se contar com a colaboração de todos os catarinenses de boa vontade de coração, os quais vão contribuir a partir de agora com o FIA, poderemos atender a essas 500 mil crianças, através de projetos.

As universidades, as entidades religiosas, as igrejas, e são tantas que temos, a Católica, a Luterana, as diversas Evangélicas, poderão fazer o projeto. Até temos na secretaria uma equipe para receber os projetos, que denominamos de banco de projetos. Esse banco vai fazer análises e vai depois fazer a execução em parceria justamente com todas essas entidades.

Qual é o meu pedido especial, presidente Moacir Sopelsa e deputado Jailson Lima? Acontece que a Receita Federal fez uma permissão, pela primeira vez, que para alguém contribuir para um fundo, seja do esporte ou da criança, teria que tê-lo feito até 31 de dezembro do ano passado, para poder constar na declaração que começaram os senhores deputados, cada um de nós, aqui, a fazer agora, a partir do dia primeiro de março e que vai até dia 30 de abril.

A resolução, e vou distribuir depois para casa um, diz que cada um de nós, ao fazer a conta do IR, pode destinar 3% do imposto devido à conta 500.5000-1, que é a conta do FIA. E esses recursos serão destinados a projetos voltados à criança e ao adolescente, de forma especial àquelas que vivem em situação de vulnerabilidade, em parceria com as igrejas e com as entidades, com as universidades, que serão nossos parceiros.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Não havendo matéria na Ordem do Dia, suspendemos a sessão por até 15 minutos para atendermos ao requerimento da deputada Ana Paula Lima, assinado pelos srs. líderes, para que o presidente da Eletrosul, sr. Eurides Mescolotto, apresente o relatório da prestação de contas de investimentos dessa importante empresa sediada em Santa Catarina.

Está suspensa a sessão por até 15 minutos.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a sessão.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sra. presidente, quero, em primeiro lugar, cumprimentá-la pela iniciativa nessa ação de transparência, de prestação de contas que promove a nossa Eletrosul, através do presidente Eurides Mescolotto e toda diretoria.

Fiquei feliz em conhecer os números dos investimentos. Por isso é importante a presença da direção da empresa no plenário da Casa do Povo, a fim de prestar contas, para que possamos ter conhecimento de todos esses investimentos.

Quero dizer ainda que fiquei extremamente preocupado com o final da sua manifestação - e essa tem que ser uma preocupação de todos nós -, porque a concessão termina em 2015, primeiro ano

do novo governo federal e dos novos governos estaduais. Então, se essa questão não for encaminhada desde já com muita responsabilidade, de forma republicana e suprapartidária, é muito séria porque não sabemos o que o eleitor vai decidir em 2014 nas eleições.

Quero lembrar também que a nossa Unale, União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais, definiu como prioridade da sua conferência de 2012, que ocorrerá em Natal, a questão das energias, seus desafios e perspectivas, porque realmente muitos são os desafios, as questões ambientais, os investimentos, as novas matrizes.

Deputado Valmir Comin, outro dia acompanhei o novo projeto que se está desenvolvendo para Braço do Norte, ou seja, há a questão da energia eólica no estado, pois há anos não se consegue licenciamento para o parque de Laguna.

De forma que quero, sr. presidente, desde já convocar o presidente e a diretoria da Eletrosul para estarem conosco em Natal. O ministério já está...

(Manifestação interrompida por término do tempo regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Consulto os srs. líderes se podemos estabelecer o tempo de dois minutos para cada deputado.

(As lideranças aquiescem.)

O Sr. Deputado Jailson Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jailson Lima

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Primeiramente, quero saudar e cumprimentar o companheiro Eurides Mescolotto e toda a diretoria da Eletrosul, não apenas pela apresentação clarividente, mas pela visão sobre a importância de energia para o estado.

Aqui foi abordada a questão da energia solar. Sabemos que ela não é competitiva para o nosso mercado. No entanto, a Eletrosul, como centro de referência da nossa região e do país, está

investindo no primeiro projeto solar numa empresa pública.

Sua participação é muito importante em parques eólicos, não apenas em Santa Catarina, mas também em outras regiões, transformando-se de uma empresa que estava a caminho da privatização numa empresa que é referência nacional.

Por isso, Mescolotto, acho que a sua preocupação com relação ao término da concessão é relevante. Temos que fazer um debate claro com os demais parlamentares, e a conferência da Unale, em Natal, será fundamental, porque lá se estará debatendo essa questão como uma premissa do que se avizinha.

Mas, de certa maneira, diria que me sinto um pouco tranquilo quando você fala da guilhotina, porque temos como presidente da República uma verdadeira *expert* do setor energético brasileiro.

Por fim, quero dar nota 13 a toda diretoria da Eletrosul. Parabéns pelo brilhante trabalho apresentado, mas da próxima vez quero um *pendrive* com 13 *gigabytes* e não apenas com oito.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, da mesma forma, quero cumprimentar a Eletrosul na pessoa do seu presidente, Eurides Mescolotto, do diretor Antônio Vitturi e de todos os empregados da empresa que aqui estão.

Quero destacar um ponto da sua fala, especificamente sobre a inovação que está em andamento, ou seja, as placas solares que são feitas na sede da Eletrosul.

Eu li no material de vocês que é o equivalente a um ano, 570 casas, o que vocês vão economizar. Que é uma iniciativa pioneira, como foi pioneira a cidade de Florianópolis, que mudou completamente o seu perfil depois que a Eletrosul se instalou aqui, trazendo pessoas qualificadas do Brasil inteiro para tocar essa grande empresa que orgulha o povo brasileiro.

Ressalte-se que nas mãos de Eurides Mescolotto a Eletrosul se desenvolveu ainda mais, foi ainda mais arrojada.

Eu até comentava com o deputado Joares Ponticelli que na Assembleia Legislativa poderíamos incentivar os órgãos públicos a usar essa fórmula de energia limpa e entrar num novo tempo.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Quero cumprimentar a Eletrosul pela visão de futuro e pela preocupação com o meio ambiente.

Com relação ao projeto de Itapiranga, v.exa. sabe muito bem que quando se divulga uma notícia já começam as manifestações contrárias.

Eu não sei se posso, mas gostaria de perguntar se já há algum projeto a respeito e como está o encaminhamento. No folheto da empresa consta que o projeto de Itapiranga está em estudo. Mas gostaria de saber se já existe um estudo sobre o impacto no meio ambiente e se o projeto se concretizará.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Deputado, vou abrir uma exceção e permitir que o presidente da Eletrosul responda, mesmo que a sessão já tenha sido reaberta.

O SR. EURIDES MESCOLOTTO - Sr. deputado, em relação à usina hidrelétrica de Itapiranga, o que posso dizer é que é uma decisão do governo federal. Estamos agora nos estudos preliminares, ou seja, acerca do meio ambiente, da repercussão social etc. Nós, da Eletrosul, temos uma sede em Itapiranga, porque o governo nos deu a missão de fazer esses estudos.

Então, estamos implementando esses estudos e em pouco tempo, provavelmente no final de 2013 ou início de 2014, poderá ir a leilão a usina de Itapiranga.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Obrigado, sr. presidente, pela concessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Esta Casa quer agradecer a presença do presidente da Eletrosul, do diretor administrativo Antônio Vitturi, do chefe de gabinete da presidência e de Sadi Faustino, gerente de Comunicação.

Deputado Jailson Lima, a Eletrosul merece mais do que nota 13, merece nota 15!

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito para falar o deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, demais deputados, quem nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital e os presentes nesta tarde de terça-feira, quero, sim, retomar o debate anterior para poder tentar fazê-lo de forma tranquila e, na medida do possível, desapaixonada. É um debate de fato quente, a situação está conflituosa em algumas cidades do estado de Santa Catarina e precisamos chegar a uma solução razoável. Acredito que este Poder debatendo com a sociedade, mais especificamente com o Corpo de Bombeiros Militar e com os Bombeiros Voluntários conseguirá chegar a uma posição definitiva, que é o que interessa à maioria da sociedade.

Tenho a convicção absoluta de que nenhum deputado desta Casa trabalha pelo enfraquecimento do Corpo de Bombeiros Militar. Não há essa motivação, não há essa intenção. Nenhum dos deputados que assinaram a PEC, nenhum dos deputados que votarão a favor da PEC n. 0001, a dos Bombeiros Voluntários, tem qualquer motivação no sentido do enfraquecimento e da destruição do Corpo de Bombeiros Militar. Da mesma forma, nenhum deputado tem posição contrária, tem qualquer intenção na dissolução, no desmanche ou enfraquecimento dos Bombeiros Voluntários.

O debate na tarde de hoje, inclusive via computador, via *Twitter*, diz muito isso. E dizem: "Olha, deputado, se um dia o senhor sofrer um acidente na rodovia não vai aceitar o atendimento dos bombeiros voluntários, porque ele é inconstitucional?" Além dessa mensagem parecer uma

ameaça, evidentemente que ela não nos espanta, porque essa é a animosidade que existe.

Precisa ficar claro também que a nossa posição não se trata de dizer que os Bombeiros Voluntários não devam fazer o atendimento de urgência. Pelo contrário! Precisamos fortalecer os bombeiros em todos os sentidos, bem como os servidores públicos, enfim, fortalecer os serviços em todos os sentidos. E os Bombeiros Voluntários podem e prestam um serviço excepcional e de relevância para a sociedade catarinense nas cidades em que estão estabelecidos, fazendo as ações na área civil, no combate a incêndios, fazendo os atendimentos de urgência e um conjunto infinito de outros atendimentos que uma instituição desse tipo realiza.

Por outro lado, há necessidade de dizer que não seria humanamente racional querer proibir alguém de, no seu dia de folga, no seu dia de férias, no seu dia de recreio com a sua família, dizer que está nesse tempo 100% à disposição da sociedade para aquilo que ela precisar no serviço de urgência. Isso, além de tudo, demonstra a capacidade e a generosidade do ser humano, do brasileiro de forma geral.

Toda pessoa, todo ser humano quer sentir-se útil para seu vizinho, seu conterrâneo, sua cidade! Isso é próprio do ser humano. A realidade do ser humano que não quer isso é que é a exceção. O ser humano, em geral, quer sentir-se útil e, portanto, prestar um serviço de forma voluntária no dia em que está de folga da empresa, no final de semana, à noite. Essa pessoa merece, com certeza, o nosso aplauso, sempre vai merecê-lo, pois é até uma atividade comumente.

Esse tipo de serviço tem sido realizado junto aos bombeiros voluntários e também junto aos bombeiros militares do estado.

É evidente que a sociedade não pode contar somente com isso. E espero que isso não seja pejorativo, porque não podemos contar somente com essa modalidade, pois não há intensificação da jornada de trabalho. Inclusive, no momento de crescimento econômico esse efetivo, de forma

voluntária, não vai ter uma estrutura permanente para fazer a segurança e a proteção da sociedade. Por isso foi preciso contratar profissionais.

O chamado bombeiro voluntário tem um número x, um percentual em cada uma das corporações, pois é profissional contratado pela CLT. Em alguns lugares, há sindicato, como há em Joinville. Em outros lugares há ações trabalhistas.

Precisamos e podemos chegar aqui a uma posição, a um acordo com relação a essa questão. Creio, sim, que existe um ponto de divergência sobre o qual precisamos nos debruçar, que é a questão da fiscalização; a questão do papel que entendo ser função típica e, no meu modo de ver, exclusiva de estado, que é o chamado poder de polícia, o poder de conceder ou não uma licença. O poder de fazer ou não uma autuação, uma notificação. Esse é o poder que entendo ser típico do estado e intransferível.

Mas chegando a um acordo com relação a essa questão, todas as outras questões são fáceis de resolver. Se a questão é o recurso financeiro, também acredito, deputado Moacir Sopelsa, que está vindo um avanço, apesar desse conflito, dessa compreensão. Porque também já recebi reclamação dos bombeiros militares, deputado Maurício Eskudlark, dizendo que fazem o serviço na ponta e que o recurso era arrecadado para a capital, para o estado, para o poder estadual e muitas vezes não voltava para a origem, para aquela cidade, para aquela região.

Então, isso precisa ser sanado em legislação estadual e podemos fazer isso aqui. Que todo o recurso da fiscalização nessa área e nas outras também permaneçam no município, integralmente, 100%, pois ele vai usá-lo inclusive ou principalmente para fortalecer a atividade, os equipamentos e, por que não dizer, o efetivo dos bombeiros. E aí, sim, podemos discutir proporcionalmente, conforme a quantidade de profissionais de cada cidade.

Mas para a minha alegria, parece que podemos caminhar nessa direção, ou seja, que o recurso oriundo da arrecadação das taxas e das

fiscalizações na concessão de licença e eventualmente de autuações permaneça 100% na cidade; que ele possa permanecer na própria cidade, inclusive para fortalecer o bombeiro voluntário, porque presta um serviço, repito, de excepcional importância para a sociedade.

É comovente e até entendo o desespero daquele bombeiro voluntário quando vê um deputado dizendo que é contra, pois ele dedica parte importante da sua vida para defender o outro, para defender a sociedade. Nós queremos que ele continue tendo essa dedicação, fazendo isso com mais estrutura e com mais recursos, inclusive com recursos oriundos das taxas de fiscalização. O único ponto de divergência é esse: quem pode fazer a fiscalização, não o recurso de quem é que usa e para onde é que vai. Então, com relação ao recurso oriundo das taxas, podemos chegar a um acordo tranquilamente.

Agora, quem é que pode atuar, quem é que pode dizer sim, dizer não, numa função e numa responsabilidade que é posteriormente do estado, que neste momento está sendo do prefeito? Se a Constituição dá poder ao prefeito, ele tem que seguir a Constituição. E há inclusive prefeito no em nosso estado que talvez acabe tendo que responder processo em virtude dessa questão ou da administração desses recursos. Por isso é que há muita dificuldade ou uma grande ansiedade de muitos prefeitos em virtude dessa questão, porque há uma instabilidade legal com relação a isso, deixando inseguros os prefeitos. Mas creio que nós, deputados, podemos e devemos, junto com os bombeiros voluntários e os bombeiros militares, fazer esse debate e estabelecer uma legislação estadual, disciplinando e organizando esses serviços no estado de Santa Catarina, que é isso que interessa à sociedade catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, assomo à tribuna para discorrer sobre os temas hoje tratados na Assembleia, reforçando também o pronunciamento do deputado Sargento Amauri Soares com relação à questão dos bombeiros.

Eu acho que a iniciativa, como bem disse v.exa., foi para que ocorresse a discussão do tema. Os deputados, quando assinaram a PEC, aprovaram a discussão pelo plenário, pelas comissões, para que encontrássemos uma solução.

Temos, no estado de Santa Catarina, grandes exemplos de atuação de bombeiros comunitários e grandes exemplos de atuação de bombeiros militares, inclusive alguns casos ruins de sucateamento, de infraestruturas, de atendimento precário ao cidadão.

Então, com relação a essa discussão sobre a fiscalização, ninguém discute a questão do atendimento, do trabalho que é feito, sendo que o poder de polícia, o poder de fiscalização e de liberação de obras é que vem para discussão. Há a discussão de que isso é atividade do município, que o município vai conveniar, mas temos que ter muita responsabilidade na delegação desse poder se isso vier acontecer, que é o que nos preocupa, deputado Sargento Amauri Soares, que essa delegação não traga prejuízos, não favoreça interesses escusos, que é uma atividade muito importante essa de fiscalização, de liberação de obras em todos os municípios.

Quanto à atividade dos bombeiros, temos dezenas ou centenas de bons exemplos no estado de Santa Catarina.

Também entendo que temos que ter no município o bombeiro militar ou o bombeiro comunitário. Não podemos fazer competição. Já houve até algumas reclamações, em alguns municípios, nesse sentido. Temos que definir, inclusive, as áreas. Claro que como se trata de um serviço de emergência, temos que colocá-lo o mais próximo possível do cidadão. Isso tem sido inclusive preocupação do coronel José Luiz Masni, que é o comandante-geral dos bombeiros militares de Santa Catarina, no sentido

de aprimorar e distribuir, de forma eficiente, o efetivo, para que a comunidade seja cada vez melhor atendida. E cito como exemplo o comandante Júnior, dos bombeiros voluntários de Ascurra, Rodeio e Apiúna, que faz um grande trabalho com apoio de empresas e da municipalidade.

Além desse trabalho de socorro, há problemas com enchentes, incêndios, com acidentes na rodovia 470, no trecho de Ibirama até quase Indaial e Blumenau. É uma região de muitos acidentes. E a região de Apiúna, Rodeio, Ascurra é uma região em que o bombeiro comunitário tem atendido, e, além disso, ainda faz um trabalho social.

Então, o nosso desejo, deputado Sargento Amauri Soares, era que houvesse uma conciliação. Entendo que deveria haver um comando ou uma participação no comando do militar nessa interação, deixando as vaidades de lado. Claro que encontramos entidades centenárias, como a de Joinville, cada uma puxando para o seu lado, e com razão, demonstrando a competência, ao longo dos anos, deputado Ismael dos Santos, criando com isso uma dificuldade. Somos muito bairristas e às vezes encontramos algumas dificuldades na cessão de algumas questões.

O segundo assunto que quero falar diz respeito à realização de uma reunião da comissão de Transportes, que tratou da questão das rodovias, da proibição da circulação dos bitrens, e isso efetivamente causa um problema muito grande para o transporte e para a economia do estado de Santa Catarina.

Não podemos, sem uma análise profunda, impedir a circulação desse ou daquele tipo de veículo, pois isso pode causar prejuízo. Eu entendo disso, porque fomos procurados, primeiro, com relação à questão das rodovias do noroeste de Santa Catarina - Campo Erê, São Lourenço do Oeste, Abelardo Luz - ,enfim, toda aquela região.

Houve uma orientação da polícia rodoviária estadual de que iria haver fiscalização, inclusive multa. E através de manifestação dos transportadores e de vários segmentos da economia

regional procuramos interceder e saber o porquê daquela interdição que iria causar problemas.

Nós sabemos do excesso de trânsito nas nossas rodovias, e isso não é somente em nível de Santa Catarina, em nível de Brasil, e temos que conciliar a segurança no trânsito com toda essa possibilidade. Tudo isso é importante para o nosso estado.

Ontem, quando fomos visitar o vale do Itajaí, deputado Ismael dos Santos, fui também até a agência do Banco do Brasil, em Ascurra. Quando estava entrando no banco senti um cheiro de queimado e ainda brinquei comigo mesmo, pensando que podiam explodi-lo. E no domingo já tinham estourado aquele banco não com dinamite, mas com o uso de maçarico.

Mas lendo a manchete sobre esse assunto, vemos que o comércio já reage e tira caixas de banco, e isso já começa a causar uma preocupação muito grande no estado, até porque o cidadão está-se sentindo inseguro. O cidadão que está entrando numa agência bancária à noite já fica preocupado se aquilo ali, dali a pouco, não vai voar pelos ares. Acho que os vizinhos de agências bancárias já estão passando boa parte da noite na janela expiando, cuidando a agência.

Eu vejo que a Segurança Pública, junto com as instituições financeiras, com os bancos, tem que estudar uma forma de conter isso. Temos que, junto com os bancos, estudar mecanismos para que a segurança pública seja alertada, no sentido de se criar dificuldades, porque não vamos continuar nessa situação que estamos enfrentando atualmente.

Tivemos em dois meses, neste ano, praticamente 18 casos, sendo que dez casos foram no mês de janeiro, cinco em fevereiro, três em março, mas estamos no início do ano e essa é uma questão de segurança que nos preocupa.

Eu sei da competência da Segurança Pública, da Polícia Civil na área de investigação, acompanhei há poucos dias o relato dos policiais que trabalhavam em cima daquela quadrilha que foi presa na Penha, ocasião em que houve reação, houve marginal ferido e morto, mas precisamos

intensificar o trabalho por parte da chefia da Polícia Civil, do comando da Polícia Militar, que faz um belo trabalho, um trabalho social muito grande, pois estamos quase vivendo momentos de guerrilha.

Precisamos, então, da efetiva ação no combate a esse tipo de crime. Se todos os estabelecimentos comerciais, supermercados, *shoppings* começarem a desativar os caixas eletrônicos, teremos muitos problemas, além da segurança, que é o que mais nos preocupa neste momento.

Assim sendo, é muito importante que as instituições financeiras, junto com os organismos de segurança, adotem providências para acabar com essa onda. Além de uma legislação rigorosa, no Brasil sempre mudamos a lei quando surge um problema, quando um menor é arrastado por um marginal, como aconteceu no Rio de Janeiro. Por isso temos que tomar efetivas providências para o combate a esse tipo de crime que está tirando o sossego da população catarinense, tanto nos grandes municípios, como ocorreu em Itapema, numa avenida movimentada, na principal avenida de uma grande cidade, quanto nos pequenos municípios.

Confio na segurança pública, sei do trabalho...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados que ainda estão nesta Casa, é uma satisfação em poder nos comunicar com os catarinenses através da TVAL, da Rádio Alesc Digital e com aqueles que comparecem, a este plenário, nesta tarde.

Eu quero, inclusive, sr. presidente, com a sua vênua, cumprimentar o meu amigo Osmar, juntamente com seus companheiros que vieram do sul do estado, da nossa bela Laguna.

Sejam bem-vindos a esta Casa, a Casa do Povo.

Sr. deputado Maurício Eskudlark, eu acompanhava o seu depoimento, como também o discurso do deputado Sargento Amauri Soares, e temos sido procurados, deputado Moacir Sopelsa, v.exa. de uma maneira talvez mais focada ainda, por ser originário de Concórdia, essa questão, esse celeuma, esse debate entre bombeiros militares, voluntários e comunitários no estado de Santa Catarina.

Se não estou equivocado, temos hoje cerca de dez mil bombeiros, apenas 2.500 militares, e o restante de bombeiros comunitários e voluntários. Por isso quero aqui, deputado Maurício Eskudlark, considerar os argumentos. Eu tenho escutado de forma demorada tanto um lado quanto o outro, recebendo inclusive em meu gabinete, por mais de uma hora, o corregedor dos bombeiros em Santa Catarina, o coronel Carlos Menestrina; tenho ouvido de perto também os bombeiros voluntários e comunitários, mas essa é uma questão que me chama a atenção e que precisamos trazer para o debate.

O que está em jogo é a questão financeira, é a questão de quem vai administrar os recursos advindos da fiscalização. E quando se fala em fiscalização, deputado Moacir Sopelsa, quero levantar aqui um questionamento, com todo respeito aos bombeiros militares, comunitários e voluntários. Quando chegamos à nossa cidade ou a qualquer município do estado de Santa Catarina, dos 293 municípios atualmente e dos 295 municípios que teremos a partir deste ano, vamos tomar como exemplo Laguna, vemos vários prédios lá, prédios até de 300 anos, quem fará a avaliação daqueles prédios, se estão desmoronando ou não, se precisam de uma intervenção, de uma engenharia? Será o bombeiro militar, o voluntário ou o bombeiro comunitário? Aí eu pergunto: qual é a credencial que o bombeiro militar tem para fazer essa avaliação? De fato competiria, sim, ao prefeito, a quem é delegada essa missão de fazer o contrato, talvez contratar o Crea, o serviço de engenharia, para fazer esse tipo de fiscalização, de avaliação. Portanto, não competiria nem ao militar, nem ao comunitário, nem ao voluntário,

mas, sim, a um técnico que pudesse fazer esse tipo de avaliação numa edificação, por exemplo.

Então, acho que o debate vai muito além e precisa ser olhado com muito carinho antes de tomarmos qualquer decisão nesta Assembleia Legislativa.

Permita-me, sr. presidente, cumprimentar o presidente Eurides Mescolotto. Eu não pude fazer na ocasião em que ele estava fazendo a sua intervenção, mas quero parabenizá-lo pela gestão na Eletrosul. O projeto da energia solar é inusitado para nós, em Santa Catarina, na sede da Eletrosul, assim como a proposta de energia eólica. E, sobretudo, quero parabenizá-lo pelos investimentos propostos aqui, e planejados, de R\$ R\$ 1,360 bilhão até 2014 em solo catarinense, gerando quase dez mil empregos.

Parabéns a essa gestão! É claro que nos preocupa, sim, a possibilidade do fim da concessão em 2015, porque isso, sem dúvida, sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, vai trazer um efeito dominó e bate diretamente na nossa Celesc, a maior arrecadadora de ICMS do estado de Santa Catarina. E, portanto, vai interferir na saúde do erário público catarinense.

Queremos estar juntos nessa caminhada e hasteando essa bandeira em defesa da Eletrosul e, por sua vez, da própria Celesc, como empresas públicas e de qualidade para o país e para o estado de Santa Catarina.

Mas, permitam-me, senhores, ainda nos cinco minutos que me restam, trazer aqui um questionamento como presidente da Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas.

Infelizmente, presidente Moacir Sopelsa, algumas horas antes do Carnaval - e eu não sei onde os nossos senadores estavam com a cabeça -, o nosso Senado federal alterou um trecho de Lei de Entorpecentes no país. Essa intervenção passou quase que dissimulada nos bastidores, foi muito pouco divulgada na imprensa, mas traz um problema seriíssimo, porque ela diz que os pequenos traficantes não precisam mais ser presos agora. Eles terão a possibilidade da pena alternativa, e

justificando para isso que as nossas penitenciárias estão superlotadas e, então, vão tomar essa resolução das penas alternativas para os pequenos traficantes. Essa, certamente, não é a saída, esse certamente não é o caminho!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Ouço v.exa., deputado Maurício Eskudlark, que trabalha na área, como policial civil, há mais de 30 anos e tem toda a legitimidade para falar do assunto.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Eu queria parabenizar v.exa. pela abordagem.

Gostaria de dizer que acompanhei esse noticiário e parece-me que sempre na véspera de uma data importante - e temos que cuidar agora com a Páscoa - existe alguma alteração na nossa legislação, algum caso, que entendo como fortuito, tentando dissimular alguma alteração na lei, infelizmente, no Brasil, sempre para favorecer o aumento da criminalidade, como se fosse possível estabelecer a diferença entre pequenos e grandes traficantes. Todos os traficantes são perigosos. O traficante que está lá com duas ou três petecas de cocaína na porta do colégio, que se poderia dizer que é um pequeno traficante, talvez traga mais perigo para aquela comunidade do que qualquer outro - se é que é possível criar uma diferença entre pequenos e grandes traficantes. Querem criar penas alternativas e daqui a alguns dias todos os traficantes estarão sendo beneficiados por essa mudança na legislação.

Então, é lamentável. Acho que a sociedade tem que se insurgir. A palavra de v.exa. tem sido muito forte nesse trabalho de combate às drogas e contra essa banalização do tráfico de drogas.

Temos que nos manifestar e levar essa manifestação ao Senado da República e à Câmara Federal, porque não adianta ficarmos cobrando ações da polícia, da segurança pública, quando não damos a retaguarda necessária para que os agentes de segurança possam agir.

Parabéns pela abordagem do tema!

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Muito obrigado, deputado.

De fato, o tamanho da porção da droga que é distribuída não importa, pois a tragédia provocada é a mesma: é o crime, é o assalto, é roubo. Esse binômio droga/violência faz uma junção cada vez mais forte no nosso país.

Eu li um artigo ironicamente escrito por Francisco Gelinski Neto, professor do departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina. Ele diz no artigo ironicamente intitulado *Viva a droga* o seguinte:

(Passa a ler.)

“Os cartéis da droga em expansão no Brasil e na América Latina devem estar rindo dessa atrapalhada do Senado Federal. Se de um lado se deseja tratar os dependentes, de outro se facilita a disseminação das drogas em pequenas doses.”

De fato, o Brasil já é um dos três maiores mercados de drogas do mundo, e precisamos, sim, estar atentos e alertas também nessa questão da legislação.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Ismael dos Santos. Parabéns pelo seu pronunciamento! Realmente, quem consome um grama e quem consome dez gramas é um consumidor, e o mal não é diferente.

Não havendo mais oradores inscritos em Explicação Pessoal, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, de acordo com o art. 110 do Regimento Interno, comunica que são as seguintes matérias destinadas à Ordem do Dia da 13ª Sessão Ordinária de 7 de março de 2012:

Discussão e votação em turno único das Mensagens de Veto n.s: 0376/2011, 0445/2012, 0446/2012, 0465/2012, 0475/2012, 0477/2012, 0478/2012 e 0493/2012; e

Discussão e votação em primeiro turno dos
Projetos de Lei n.s: 0030/2012 e 0560/2012.

Antes de encerrar a presente sessão,
convocamos outra, especial, para hoje, às 19h, em
homenagem ao Dia Internacional da Mulher.

Está encerrada a sessão.